

Artigo: O Planejamento Patrimonial em tempos de crise

Abril de 2020

E&G FINANCIAL GROUP

info@egfinancialgroup.comwww.egfinancialgroup.com







Apresentação

A atual crise econômica prejudica os empresários no Brasil e nos Estados Unidos, especialmente pelo fechamento do comércio e das empresas. Por essa e outas razões acessórias à crise ocasionada pela pandemia, é provável que haja, no curto prazo, um incremento substancial na quantidade de ações ajuizadas em tramitação de forma geral, especialmente com relação às matérias trabalhista, tributária e de insolvência.

Assim, o objetivo deste artigo é discorrer acerca de alguns aspectos do planejamento patrimonial – especialmente sobre a proteção e perpetuação do patrimônio -, abrangendo as ferramentas disponíveis a serem utilizadas e os impactos causados pela crise do novo coronavírus (Covid-19) sobre o patrimônio familiar.

Seja bem-vindo(a)!

DISCLAIMER:

A E&G Financial Group LLC é uma empresa com sede nos EUA, registrada no Estado da Flórida, com representação comercial no Brasil.

A E&G não é uma empresa de advocacia.O material possui caráter exclusivamente informativo.





1

O Cenário Atual

Alguns especialistas já arriscam dizer que estamos diante da maior crise vivida em toda a história do capitalismo. Como dissemos em nossa apresentação, estamos certos de que viveremos uma fase profissionalmente desafiadora em todo o mundo e, não obstante, haverá uma torrente de processos judiciais por questões empresariais e econômicas. Essas, invariavelmente, resultarão em constrições patrimoniais, na constituição de ônus e gravames e em perdas financeiras (não somente das empresas, mas também de empresários, empreendedores e investidores (sócios e acionistas de empresas), bem como de seus administradores).

Todos sabemos que empresariar, consiste também em uma série de riscos, tais como: adentrar estado falimentar com consequentes débitos de massa falida, débitos em razão de matérias cívies, fiscais, concorrencial, financeira e securitária, prejuízos ambientais e, principalmente (no Brasil), débitos trabalhistas. Todos esses riscos podem ensejar a perda de patrimônio dos seus sócios ou administradores.

Ante o exposto, o planejamento patrimonial apresenta-se como uma alternativa urgente e fundamental, especialmente a aqueles que possuem participação societárias em empresas ou atuam como administradores, visando à proteção de tais ativos diante dos conflitos judiciais que, infelizmente, parecem eminentes.









O planejamento patrimonial, coloquialmente chamado de "Blindagem Patrimonial" é um termo equivocado, como já explicamos em outras oportunidades, em publicações, entrevistas ou reuniões. O planejamento ou consultoria patrimonial consiste na utilização de meios legais para imunizar, proteger e perpetuar o patrimônio de uma pessoa física ou jurídica contra passivos, sejam eles de natureza trabalhista, tributária, administrativa, ou até mesmo criminal.

Destacaremos, abaixo, os principais riscos da atividade empresarial – especialmente neste momento de fragilidade econômica – que podem afetar os patrimônios pessoais dos sócios (muitas vezes familiares, dada a quantidade de pequenas e médias empresas no Brasil):

1. Falências com execuções futuras

Às vezes, mesmo após muito esforço e dedicação, o negócio deixa de ser sustentável, decreta falência e formaliza o seu fechamento. Ainda assim, existem outras obrigações a serem cumpridas. Na condição de processo jurídico, ao decretar falência, a justiça pode determinar um administrador judicial para gerenciar os ativos e passivos (massa falida).

Nesse caso, dependendo da forma como o patrimônio empresarial e pessoal do(s) sócio(s) foi organizado, poderão ser afetados com a quebra do negócio. Sem as devidas práticas de prevenção relacionadas ao Planejamento Patrimonial, execuções poderão acabar recaindo sobre os patrimônios pessoais, caso a empresa não possua capacidade financeira para quitar seus débitos.





2. Execução de dívidas trabalhistas

Quando a empresa não consegue mais absorver determinada mão-de-obra, a demissão torna-se a única alternativa ao empregador. Todavia, uma das principais obrigações da empresa é realizar o acerto dos valores devidos, de acordo com a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

Em diversos casos, a empresa – seja por algum equívoco administrativo ou por falta de recursos – pode acabar ficando em dívida com o ex-funcionário. Assim, é preciso estar atento aos riscos patrimoniais que podem advir disso e afetar o empresário. Sem elaborar um planejamento patrimonial prévio, a dívida empresarial dificilmente não afeta os patrimônios dos sócios.

3. Execução de dívidas fiscais

O MF (Ministério da Fazenda) requer os créditos devidos por meio do poder judiciário. Isso, porque não cabe à Fazenda cobrar o contribuinte inadimplente. Em alguns casos, a execução de dívidas fiscais representa grande risco patrimonial. Sem a realização prévia de um planejamento profissional, a dívida poderá recair sobre os patrimônios do empresário.

4. Indenizações

Apesar dos diversos tipos societários, o administrador sempre possui a obrigatoriedade de agir nos termos da lei. Caso ele falhe em exercer sua tarefa com ética e de acordo com a lei,







os atos errôneos podem fazer o administrador sofrer consequências que recairão sobre seu patrimônio privado. Nesses casos, essa consequência pode vir em forma de indenização ou reparação. Realizar um planejamento patrimonial previamente, é possível evitar que riscos indenizatórios recaiam sobre o patrimônio pessoal.

5. Bloqueio de Bens

Pessoas físicas ou jurídicas cujas dívidas foram judicialmente conhecidas, poderão ter seus bens bloqueados. O bloqueio pode recair sobre valores em contas correntes, poupança, crédito, investimentos em rendas fixas ou variável.

O Governo Brasileiro, arriscamos dizer o mais moderno do mundo nesse sentido, possui um sistema eletrônico que conecta o Judiciário ao Banco Central, o BACENJUD. Ele permite o bloqueio ou penhora de recursos financeiros com rapidez e, após esse procedimento, os bens são encaminhados a uma conta judicial, sob responsabilidade do juiz responsável pelo processo.

Através um bom planejamento patrimonial, é possível mitigar os riscos de bloqueio de recursos financeiros e demais patrimônios pessoais e familiares, oriundos do exercício da atividade empresarial no Brasil – agravados em situações de dificuldade como a pandemia do novo coronavírus.

6. Passivos Ambientais

Diversas atividades empresariais acabam impactando o meio ambiente de alguma maneira. Assim, os passivos ambientais são referentes a todo tipo de impacto pela atividade empresarial, por exemplo:







- Custos de Recuperação;
- Multas;
- Taxas;
- Impostos;
- · Indenizações.

A E&G possui experiência na elaboração de planejamentos patrimoniais de famílias com atividade empresarial focada na indústria. Acreditamos que mais importante que conquistar patrimônios, é mantê-los por gerações.

Ressaltamos que todas as medidas sugeridas e tomadas pelo nosso escritório quando realizamos a consultoria patrimonial, são legais. Utilizamos de mecanismos de proteção patrimonial da forma adequada e personalizada, para que a resultante seja obtida por meio de uma operação completamente lícita.







2

As principais ferramentas do Planejamento Patrimonial

Com a devida atenção, estudo e análise do caso de cada cliente, aplicamos algumas ferramentas em favor dos proprietários dos patrimônios que buscam proteção e longevidade, ante aos riscos da atividade empresarial – especialmente no Brasil. São elas:

1. Holding Patrimonial:

Através de uma pessoa jurídica no Brasil ou no exterior – especialmente em jurisdições cuja legislação societária e tributária privilegiem os empresários, realizando a integralização dos patrimônios familiares no capital social. Atualmente, abrimos de forma remota (sem necessidade de deslocamento do cliente), empresas em 25 estados americanos e em diversos países, tais como Panamá, Suíça, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Cayman e Emirados Árabes Unidos.

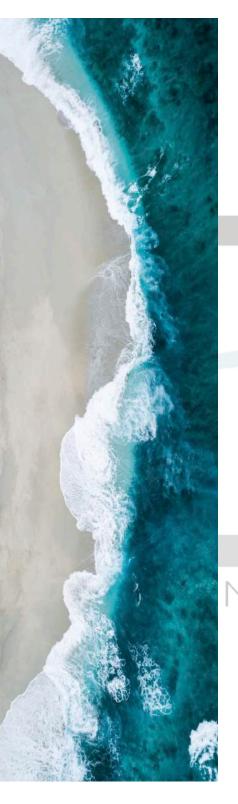
2. Constituição de Fundos de Investimentos Exclusivos:

Os fundos exclusivos de investimentos são mecanismos modernos de planejamento patrimonial em que a concentração do patrimônio familiar fica em torno de um ou mais fundos de investimento (multimercado, imobiliário, FIP). Sua implementação é mais difícil que a holding patrimonial e possui menor flexibilidade na distribuição de rendimentos. Possui, ainda, custo de









manutenção mais elevado, porém há maiores vantagens tributárias. Define-se um fundo exclusivo de investimento como uma comunhão de recursos, constituída sob a forma de condomínio, destinado à aplicação em títulos e valores mobiliários, bem como em quaisquer outros ativos disponíveis no mercado financeiro e de capitais.

A desvantagem dessa ferramenta é o alto custo de manutenção quando comparado às Holdings, apesar de apresentarem benefícios muito similares.

3. Doação e adiantamento da legítima:

Umas das formas mais simples de obter a proteção patrimonial – obviamente sem praticamente nenhuma vantagem tributária e pouca vantagem sucessória – o adiantamento da legítima é uma das ferramentas possíveis.

4. Alteração do regime de casamento:

Ao falarmos de planejamento patrimonial, para que ocorra a proteção e perpetuação dos bens familiares, dependemos do contrato de casamento, uma vez que ele deve ser realizado com total separação de bens, sempre que um dos companheiros é acionista das empresas da família. O intuito é evitar problemas futuros na distribuição da herança da família e mitigar possíveis riscos judiciais que recaiam sobre o cônjuge.





5. Instituição de bem de família:

Como forma emergencial, a instituição de bem de família feita em cartório pode ter um efeito protetivo sobre o patrimônio. Vale lembrar que a impenhorabilidade do patrimônio considerado "bem de família" é limitado a 1 (um) imóvel por pessoa e não engloba outros patrimônios como recursos em pecúnia, veículos, embarcações, etc.

6. Constituição de um Trust:

Instituto jurídico do sistema anglo-saxão, que consiste em um ato jurídico por meio do qual destaca-se do patrimônio de uma pessoa física certos bens e direitos, transmitindo-se a propriedade formal a outra pessoa jurídica, a qual se obrigará a administrá-lo em favor de uma terceira pessoa beneficiária, que terá a fruição ou direitos econômicos sobre o patrimônio do trust. A E&G oferece formação de trusts em diversas jurisdições, mas especialmente na Inglaterra. A principal desvantagem dessa ferramenta é o elevado custo de formação e manutenção anual.



Em suma, nosso objetivo nesse artigo foi discorrer sobre os principais fatores de risco ocasionados pela crise do novo coronavírus, que poderão vir a afetar os patrimônios dos empresários brasileiros. Abordamos também, as principais ferramentas e a importância de um planejamento profissional e personalizado.







Sobre nós

A E&G é uma empresa de consultoria com atuação nos EUA e no Brasil. Ao longo da nossa história profissional, iniciada em 2018, auxiliamos clientes com soluções relacionadas a planejamento patrimonial, internacionalização corporativa, suporte em transações de fusões e aquisições, licenças e registros empresariais nos EUA, além de assessoria para investimentos e novos negócios no exterior.

Hoje, a E&G é uma empresa que possibilita a abertura de empresas nos EUA em 25 estados americanos, especialmente Flórida, Delaware, Nova York, Califórnia, Illinois e Texas. Além disso, oferecemos a abertura de empresas offshore em países como Panamá, Suiça, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Cayman e Emirados Árabes Unidos.

Todas as solicitações de serviços no exterior podem ser realizadas por meio dos nossos escritórios no Brasil. Não há necessidade de o cliente se deslocar ao exterior para nenhuma etapa do processo de abertura das pessoas jurídicas estrangeiras.

FINANCIAL GROUP

BR: +55 11 3370-8068

US: +1 (786) 381-8856

info@egfinancialgroup.com

www.egfinancialgroup.com

(©) @egfinancialgroup

f /egfinancialgroup

in /company/egfinancialgroup



E&G FINANCIAL GROUP, LLC